

SUMÁRIO

COLABORADORES	9
UMA JUSTIFICATIVA.....	13
APRESENTAÇÃO.....	19
RUMO A UM NOVO DIREITO	
MARIA BERENICE DIAS	31
1. Uma trajetória de exclusão.....	32
2. Omissão do legislador	33
3. União homoafetiva como entidade familiar	34
4. Homoparentalidade	35
5. Avanços nas Cortes Superiores.....	38
6. Leis que não veem	41
7. Postura inclusiva	42
8. Estatuto da Diversidade Sexual	44
8.1. Emendas constitucionais.....	45
8.1.1. Discriminação.....	45
8.1.2. Licença-natalidade.....	46
8.1.3. Casamento e união estável	47
8.2. Projeto do Estatuto da Diversidade Sexual.....	47
8.2.1. Construção de um microsistema	47
8.2.2. Nomes e nomenclaturas	48
8.2.3. Objeto e objetivos.....	49
8.2.4. Princípios	49
8.2.5. Direito à livre orientação sexual.....	49
8.2.6. Direito à igualdade e a não discriminação.....	50
8.2.7. Direito à convivência familiar	50
8.2.8. Direito à identidade de gênero	51
8.2.9. Direito à saúde.....	51
8.2.10. Direitos previdenciários	52

8.2.11. Direito à educação	52
8.2.12. Direito ao trabalho	52
8.2.13. Direito à moradia.....	53
8.2.14. Acesso à justiça e à segurança	53
8.2.15. Dos meios de comunicação	53
8.2.16. Relações de consumo	54
8.2.17. Dos delitos e das penas.....	54
8.3. Políticas públicas	54
8.4. Legislação infraconstitucional	55

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA

ANA MARIA GONÇALVES LOUZADA	57
1. Breve panorama histórico	57
2. Conceito de família no Direito brasileiro	62
3. União estável e casamento homoafetivo.....	64
4. Estatuto da Família x Estatuto das Famílias	65
5. Adoção por homossexuais.....	65
6. Multiparentalidade	65
7. Conclusão.....	66
8. Referências bibliográficas	68

PERSPECTIVA CIVIL-CONSTITUCIONAL

ANA CARLA HARMATIUK MATOS.....	69
1. Introdução	69
2. Lacuna legislativa	77
3. Entidades familiares: um rol não taxativo	80
4. Referências bibliográficas	85

CONSTITUCIONALIDADE (E DEVER CONSTITUCIONAL) DA CLASSIFICAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA COMO CRIMES DE RACISMO

PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI.....	87
1. Introdução	87
1.1. Conceitos indispensáveis: orientação sexual, identidade de gênero, homofobia e transfobia.....	87
2. Direito fundamental à tolerância.....	92
2.1. Direito à tolerância decorrente do princípio do Estado de Direito (contrato social)	92

2.2. Direito à tolerância decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana.....	93
2.3. Direito à tolerância e o art. 3º da CF/1988.....	97
3. Preconceito × discriminação.....	98
4. Da constitucionalidade da criminalização da discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero.....	99
5. Criminalização da discriminação por orientação sexual sob o enfoque do direito fundamental à tolerância.....	104
6. Constitucionalidade da classificação da homofobia como racismo. O conceito jurídico-constitucional de racismo cunhado pelo STF (HC 82.424-2/RS: caso Ellwanger). A posição de Guilherme Nucci.....	106
7. Da obrigação constitucional de criminalizar a homofobia e a transfobia de forma específica. O constitucionalismo dirigente e as ordens constitucionais de legislar como limitativas da liberdade de conformação do legislador. Homofobia e transfobia como espécies do gênero racismo ou, ao menos, de discriminações atentatórias a direitos e liberdades fundamentais. Art. 5º, XLII e XLI, da CF/1988. O MI 4733 e a possível ADO sobre o tema.....	122
8. Conclusão.....	136
9. Referências.....	138

PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE

RODRIGO DA CUNHA PEREIRA.....	141
1. A mudança de foco dos elementos formadores da família.....	141
2. A afetividade como valor e princípio.....	144
3. Afetividade como norteador das relações familiares.....	152
4. Referências bibliográficas.....	154

PARENTALIDADE EM ABORDAGEM SINGULAR

SILVANA DO MONTE MOREIRA.....	155
1. Família transafetiva.....	158
2. Ser Pai, Ser Mãe.....	159

UNIÕES DE PESSOAS DO MESMO SEXO E REQUISITOS PARA SUA CONFIGURAÇÃO

GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA.....	165
1. Visão Civil-Constitucional do Direito de Família.....	165
2. Alguns princípios constitucionais aplicáveis.....	167
3. Espécies de famílias.....	169

4.	Reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo e as famílias jurídicas	171
5.	À guisa de conclusão	178
6.	Referências	179

HOMOPARENTALIDADE: DUPLA
MATERNIDADE/PATERNIDADE E A TEORIA DO
RECONHECIMENTO A PARTIR DO
PROVIMENTO 52 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SILVIA OZELAME RIGO MOSCHETTA	181
1. Introdução	181
2. Homoafetividade: construção de um paradigma?	182
3. Dupla maternidade/paternidade: teoria do reconhecimento e o provimento 52 do Conselho Nacional de Justiça	185
4. Conclusão	190
5. Referências bibliográficas	190

PARENTALIDADE HOMOAFETIVA:
A PROcriação NATURAL E MEDICAMENTE
ASSISTIDA POR HOMOSSEXUAIS

MARIANNA CHAVES	193
1. Existe um direito à parentalidade? E um direito à reprodução?	193
2. Procriação natural e autoinseminação	198
3. Procriação medicamente assistida	199
3.1. Homóloga: no caso de um casal de lésbicas, possível?	200
3.2. Parcialmente heteróloga no caso de uma mulher solteira homossexual ou um homem gay solteiro	202
3.3. Heteróloga ou parcialmente heteróloga: no caso de um casal de lésbicas	203
3.4. Heteróloga ou parcialmente heteróloga no caso de um casal de gays – com recurso à maternidade de substituição	208
4. Considerações finais	210
5. Referências bibliográficas	214

A MULTIPARENTALIDADE

FERNANDA DE CARVALHO LAGE e MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA ..	217
1. Considerações finais	230
2. Referências	232

GUARDA, CONVIVÊNCIA E ALIMENTOS NAS FAMÍLIAS
HOMOPARENTAIS

MARCELO L. FRANCISCO DE MACEDO BÜRGER	233
1. O caminho trilhado até a atual concepção de família homoparental e seus reflexos na regulamentação da autoridade parental	233
2. Do vínculo de parentesco apto a garantir direitos de filiação	235
3. Do direito/dever de guarda e responsabilidade	240
4. O Direito à convivência familiar.....	247
5. Dos alimentos.....	251
6. Referências bibliográficas.....	256

ASPECTOS NOTARIAIS E REGISTRAIS DO CONTRATO DE
CONVIVÊNCIA DE PESSOAS ENTRE O MESMO SEXO

CHRISTIANO CASSETTARI.....	257
1. A união homoafetiva como entidade familiar sujeita às regras da união estável.....	257
2. Da elaboração do contrato de convivência de união estável entre pessoas do mesmo sexo e o seu registro.....	258
3. Cláusula primeira: do objeto.....	261
4. Cláusula segunda: da regra patrimonial.....	261
5. Cláusula terceira: da administração dos bens.....	261
6. Cláusula quarta: dos direitos conjuntos.....	261
7. Cláusula quinta: da curatela contratual.....	262
8. Cláusula sexta: do estado de doença ou incapacidade de algum dos contratantes	262
9. Cláusula sétima: da inserção de mandato no referido contrato	262
10. Cláusula oitava: da extinção da união homoafetiva	263
11. Cláusula nona (opcional): do foro de eleição	264
12. A Conversão da União Estável em Casamento	264

TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO DE FAMÍLIA E
O DIREITO DE HERANÇA

BELMIRO PEDRO MARX WELTER.....	269
1. Considerações iniciais	269
2. Direito à tridimensionalidade humana genética, afetiva e ontológica.....	269
3. Filiações genética, afetiva, ontológica e o direito a todos os efeitos jurídicos ..	272
3.1. Direito a todos os efeitos jurídicos somente quando houver a condição humana tridimensional, especialmente a afetividade e a dignidade humana	273

4.	Considerações finais.....	274
5.	Referências bibliográficas.....	276

A CONDIÇÃO DE PARCEIRO COMO HERDEIRO

ANA MARIA GONÇALVES LOUZADA.....	277	
1.	Direito de concorrência sucessória.....	277
2.	Direito Real de Habitação.....	282
3.	Referências bibliográficas.....	284

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS NA VISÃO DOS TRIBUNAIS: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DOS ÚLTIMOS 25 ANOS

RAFAEL CALMON RANGEL.....	285	
1.	Introdução.....	285
2.	Da evolução do tratamento do tema.....	286
3.	Da alteração de posicionamento do C. STJ à pacificação do tema pelo E. STF.....	293
4.	Conclusão.....	295

ASPECTOS LEGISLATIVOS DAS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS NO BRASIL

SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA.....	297	
1.	Introdução.....	297
2.	O estatuto jurídico.....	298
3.	Atual cenário legislativo.....	301
4.	Conclusão.....	307
5.	Referências bibliográficas.....	308

O DIREITO HUMANO A NÃO SOFRER DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL

MELINA GIRARDI FACHIN.....	309	
1.	Introdução.....	309
2.	A normatividade aberta da proteção contra a discriminação por orientação sexual no sistema brasileiro.....	312
3.	A construção jurisdicional da proteção contra a discriminação por orientação sexual.....	317
4.	Conclusão.....	324
5.	Referências.....	325

PROIBIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO
POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NOS SISTEMAS REGIONAIS
DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS:
O IMPACTO DO CASO ATALA

FLÁVIA PIOVESAN.....	327
1. Introdução	327
2. O direito à diferença à luz da concepção contemporânea de direitos humanos	327
3. Proteção dos direitos à diversidade sexual no sistema global de proteção dos direitos humanos	329
4. Proteção dos direitos à diversidade sexual nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: o impacto do caso Atala.....	333
5. Corte Europeia de Direitos Humanos: casos envolvendo o direito à livre orientação sexual.....	334
6. Corte Interamericana de Direitos Humanos e o impacto do caso Atala: proibição da discriminação baseada em orientação sexual	339
7. Conclusões	341
8. Referências bibliográficas	343

A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO EXISTENCIAL:
O DESRESPEITO ÀS MINORIAS SEXUAIS

RODRIGO ALVES DA SILVA	345
1. Introdução	345
2. O dano existencial e a discriminação às minorias sexuais	346
3. Conclusão.....	351
4. Referências bibliográficas	352

IGUALDADE NA VEIA – DOAÇÃO DE SANGUE E
DIREITOS DA PERSONALIDADE

EMANUEL ADILSON GOMES MARQUES.....	355
1. Introdução	355
2. Escorço Histórico	355
3. Princípio da igualdade.....	357
4. Direito a não discriminação.....	359
5. Violação dos direitos da personalidade – dignidade da pessoa humana	360
6. Conclusão.....	362
7. Referências bibliográficas	363

DIREITO FUNDAMENTAL À PRÓPRIA SEXUALIDADE

VIVIANE GIRARDI	365
1. Introdução	365
2. Sexualidade e direito existencial	366
3. Direito personalíssimo à própria sexualidade	367
4. O Poder Judiciário e o respeito à diversidade.....	370
5. Conclusão.....	371
6. Referências bibliográficas	372

IDENTIDADE DE GÊNERO SOB A ÓTICA DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS E SUA APLICAÇÃO NAS CORTES BRASILEIRAS

PATRÍCIA GORISCH	373
1. Introdução	373
2. O sistema ONU e a proteção dos Direitos Humanos LGBTI.....	374
3. Os transgêneros na Corte Europeia de Direitos Humanos	375
4. Conclusão.....	389
5. Referências bibliográficas	391

TRANSEXUALIDADE, TRANSGÊNERO, CISGÊNERO E O BEM-ESTAR AUTODETERMINADO

TEREZA RODRIGUES VIEIRA.....	393
1. Transgênero: convívio pacífico com a maioria cisgênero	393
2. Criança e adolescente arans e o uso de bloqueadores da puberdade	395
3. A realização de cirurgias em face do bem-estar da pessoa trans.....	396
4. Evolução judicial nas ações de alteração de nome e gênero.....	398
5. Mudança do nome do pai ou mãe transexual no registro dos filhos maiores e menores	400
6. Conclusão.....	401
7. Referências bibliográficas	401

O TRANSGENERISMO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR NA PERSPECTIVA DA RELAÇÃO ENTRE A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO CIVIL

INGO WOLFGANG SARLET, GABRIELLE BEZERRA SALES e LAURA DA SILVA REIS.....	403
1. Notas preliminares	403
2. O transgenerismo infantil.....	406
3. A psicologia do desenvolvimento e o transgenerismo	410
4. Autonomia corporal e transgenerismo infantil	413

5.	O pluralismo jurídico e o transgenerismo.....	418
6.	O transgenerismo infantil na perspectiva constitucional e infraconstitucional	420
7.	Considerações finais.....	427
8.	Referências	428

O VOCÁBULO “MULHER” PREVISTO NA LEI MARIA DA PENHA ABARCA OS TRANSEXUAIS (OU TRANSGÊNEROS)?

ALICE BIANCHINI.....	433	
1.	Colocação do tema	433
2.	Posicionamentos da doutrina sobre o assunto	434
3.	Decisões judiciais sobre o assunto.....	437
3.1.	A Lei Maria da Penha pode ser aplicada à vítima transexual	437
3.2.	A Lei Maria da Penha não se aplica nas relações homoafetivas entre homens	444
4.	Considerações finais.....	445
5.	Referências bibliográficas	446

MUDANÇA DE NOME E DE IDENTIDADE DE GÊNERO

PATRÍCIA CORRÊA SANCHES.....	449	
1.	Introdução	449
2.	Direito fundamental ao nome.....	450
3.	Adequação do nome à identidade pessoal	450
4.	Identidade e identificação.....	452
5.	Ausência de cirurgia de redesignação sexual.....	454
5.1.	Introdução	454
5.2.	Breve exposição da problemática na definição do sexo.....	457
5.3.	O gênero sexual como identidade	458
5.4.	O sexo como elemento de representação social	463
5.5.	Segurança jurídica na ausência de cirurgia para redesignação do gênero sexual	466
5.6.	Os tribunais dentro dessa ótica	467
5.7.	O gênero sexual como função social	468
6.	Direito fundamental à felicidade	469
6.1.	Termo e significado.....	469
6.2.	A felicidade em seu contexto histórico	469
6.3.	O papel do Estado na felicidade	470

6.4. A família como ambiente de realização pessoal.....	471
6.5. Conclusão.....	472
7. Referências bibliográficas.....	474

A OBRIGATORIEDADE DE COBERTURA DA CIRURGIA DE
TRANSGENITALIZAÇÃO PELOS PLANOS E SEGUROS DE SAÚDE

MARCELO MARTINS XIMENEZ GALLEGO.....	475
1. Introdução e objetivos.....	475
2. Material e método.....	476
3. Procedimento transexualizador pela rede privada de assistência à saúde: uma possibilidade real.....	476
3.1. Da ilegalidade da negativa por não constar no rol de procedimentos da ANS.....	476
3.2. Da aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor.....	478
3.3. Do projeto de Lei 5.002/2013.....	481
4. Considerações finais.....	481
5. Referências bibliográficas.....	481

RESPONSABILIDADE PENAL DO CIRURGIÃO

ROBERTA MARTINS PIRES.....	483
1. Introdução.....	483
2. Exercício regular do direito e o consentimento do ofendido.....	483
3. Norma ética autorizadora da cirurgia.....	485
4. Condenação pela realização de cirurgia de transgenitalização.....	487
5. Considerações finais.....	489
6. Referências.....	489